

Bônus serão lançados para reduzir a dívida

Beatriz Abreu

BRASÍLIA — O governo já tem toda a operação detalhada e este mês retomará o instrumento mais tradicional de redução do estoque da dívida externa, depois de desistir, temporariamente, dos apregoados benefícios do Plano Brady: lançará nos próximos dias os bônus de saída no mercado financeiro internacional. Um instrumento de garantia de pagamento da dívida importante no momento em que a centralização cambial adotada na última sexta-feira e as crescentes dificuldades de ingresso de novos recursos externos tornam iminente a decretação de uma moratória, mesmo que técnica, a partir de setembro.

Ainda não está definido o montante de recursos que será obtido nessa primeira operação. Se for possível, as autoridades econômicas esperam um resultado, até o final de dezembro, pelo menos igual ao obtido no ano passado, quando os bônus de saída possibilitaram a redução de US\$ 1 bilhão da dívida externa, principalmente junto aos pequenos bancos credores. Os negociadores brasileiros vêm com confiança o lançamento do bônus de saída. "Existe uma forte demanda, porque todos querem garantia de pagamento", comentou um deles.

O fato é que, diante de tantas dificuldades conjunturais, a margem de manobra da área econômica do governo é cada vez menor. Com as negociações com o FMI caminhando para um impasse, o país deixa de receber, sem o aval do Fundo, algo em torno de US\$ 4 bilhões, das diversas fontes internacionais, como bancos credores, governo japonês e instituições multilaterais, como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, o que reforça a perspectiva da moratória em setembro próximo.

Apesar do cenário "bastante confuso", como comenta o secretário para Assuntos Internacionais do Ministério

da Fazenda, Sérgio Amaral, o governo tem duas estratégias de ação, que ele prefere não revelar. São, no entanto, rumos a seguir caso se inviabilize um acordo com o FMI e os caminhos a percorrer se o Brasil não conquistar o apoio da instituição ao seu programa econômico para os últimos meses de governo do presidente José Sarney.

Um fato é concreto. As autoridades já perderam a esperança de obter, ainda este ano, qualquer vantagem a partir do Plano Brady. Muito menos a idealizada inicialmente, de uma "redução significativa" da dívida externa, como chegou a declarar Amaral quando o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, retornou da reunião anual do Fundo. Na época, recebeu do secretário do Tesouro americano, Nicholas Brady, o sinal verde para que o Brasil elaborasse o seu plano de redução, com base nas propostas do próprio Brady. O otimismo desse contato cedeu lugar a uma posição realista, a partir de informações de que as vantagens do plano do governo dos Estados Unidos chegariam mais cedo a países como México, Venezuela, Costa Rica e Filipinas.

O secretário Amaral não identifica um tratamento prejudicial ao país. "Afinal, as dificuldades do Brasil estão neste momento de transição. Não podemos fazer uma negociação que envolva o próximo governo", reconheceu. A sua posição é de absoluta tranquilidade e sinaliza que o governo conta com o êxito na operação do lançamento dos bônus de saída. "No ano passado não havia Plano Brady e tudo deu certo". Afasta-se, porém, a possibilidade de o governo recorrer aos leilões de conversão da dívida em investimento. E os motivos são bastante claros: simplesmente acelerariam ainda mais o nível sensível em que se encontra a taxa de inflação. Afinal, a conversão joga no mercado interno um volume de recursos que a economia está incapacitada de absorver.